



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2015

Ata n.º 18

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Edifício da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água sito nos Olhos de Água por convocatória de dez de Abril e aditamento de dezassete de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança;

PONTO DOIS: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação da ata de 24-02-2015; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2014, do Estatuto do Direito de Oposição; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da repartição de verba do procedimento para fornecimento de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento públicos e a granel, em Portugal Continental, até ao limite global de 926.258€ com IVA incluído, ao abrigo do Acordo Quadro da ESPAP; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2014; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do município respeitantes ao ano de 2014; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto - Regime geral para a execução de campanhas de desinfestação no concelho de Albufeira, pelo período de 3 anos; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Elaboração do plano de mobilidade e transportes de Albufeira; ----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU, sobre a transferência de competências só com a participação do poder local; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU, sobre o 41.º Aniversário do 25 de Abril; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação da proposta apresentada pela CDU, acerca da defesa da saúde pública; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação da proposta apresentada pela CDU, acerca da estação central de camionagem de Albufeira; -----



PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (membro suplente PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), João Hélder Grade Cabrita (membro suplente PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Fernando José Rocha Cabrita (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, da Guia, Joaquim Vieira, de Ferreiras, Fernando Gregório e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Maria Eugénia Baptista, Domingos Coelho e Ana Pereira.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Maria Eugénia Baptista, Domingos Coelho e Ana Pereira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Lurdes Meirinho, João Cabrita e Fernando Cabrita. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Marlene Silva, Ana Vidigal e Rogério Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de colocar à consideração dos membros da Assembleia, antes do período de intervenção do público, a tomada de posse dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança. -----

Não havendo inconveniente por parte dos membros da Assembleia, a Primeira Secretária fez a chamada dos elementos para tomarem posse (Doc.1, anexo a esta ata). -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Carlos Baptista: "Boa noite a todos. O que me traz cá é uma denúncia do desmantelamento e destruição dos serviços de emergência médica, nomeadamente o INEM do Algarve. " (Lê Doc. 2, anexo a esta ata) -----

Carlos Coelho: "Boa noite. Trago um assunto que é pertinente para todos nós, residentes em Albufeira, sobre a taxa do IMI. É uma exorbitância aquilo que se está a pagar. Se houvesse possibilidade de esta Assembleia Municipal ponderar e baixar a taxa do IMI, eu acho que era benéfico para todos nós. No meu caso concreto, pagava



mil e quinhentos euros e passei para três mil e quinhentos, o que é uma exorbitância. Gostava que ponderassem e baixassem as taxas." -----

Suzel Pimenta: "Boa noite. Quero falar sobre o parque do ribeiro, existente junto ao centro de saúde. Foi ali investido bastante dinheiro e acho que está mal aproveitado. Dá-me ideia que não tem sido limpo, não foram colocados arbustos para fazer sombra, recomendava que a situação fosse vista e que fosse feita uma limpeza, e que colocassem umas trepadeiras para que fizessem sombra, para que o espaço fosse melhor aproveitado." -----

Andreia Guerreiro: "Boa noite. O meu problema é o mesmo do senhor Carlos. Eu tenho trinta e três anos, tentei tirar o meu curso, para um dia mais tarde comprar uma casa. Casa essa que tive de pedir um empréstimo ao banco, assim como a maioria dos jovens da minha idade. O ano passado comecei a pagar o IMI e é insustentável, tive um aumento bastante significativo. Está a ser insuportável pagar a taxa de IMI, está a ser insustentável suportar os encargos bancários. Ainda não consegui perceber o porquê desta taxa de IMI tão alta, porque acabo por não ver melhorias no meu imóvel. Mas vejo que estou a pagar cada vez mais e mais. Peço-vos que revejam a situação das taxas do IMI porque não temos possibilidades de pagar estas taxas exorbitantes." ----

Aldina Costa: "Boa noite. O meu problema é o mesmo, não tenho possibilidades de pagar o IMI." -----

Presidente da Câmara: "Fiquei preocupado em relação ao que ouvi do delegado sindical e gostava de ter acesso a esse documento. A segurança é um bem muito importante, tanto para os residentes, como para os turistas. Em relação às restantes intervenções, sobre o IMI, este executivo não aumentou o IMI, o que sucede em Albufeira é que estamos com a taxa máxima porque estamos sujeitos às regras do PAEL, e os coeficientes de localização, alguns, estão com valores superiores. Quer uma coisa, quer outra serão objeto de intervenção. Quanto à questão do zonamento, o coeficiente de localização, já insisti há bastante tempo junto das finanças. Ainda hoje fiz uma visita à repartição de finanças, estive com o chefe dos serviços de Albufeira, que referiu que já está composta, para agir, uma comissão no sentido de fazer a revisão desses coeficientes de localização. Através disso poderá haver uma correção dos valores. A outra questão, que já tem a ver com o município, é a fixação da taxa de IMI. Sabemos do esforço que foi feito pelos munícipes: um dentro da nossa área de intervenção, que é a taxa, que por obrigação do PAEL fixamos como máxima, outro, que não depende diretamente do município, mas que podemos ter algum poder, e temos estado a exercê-lo no sentido de que possa haver uma revisão para que haja o pagamento por aquilo que é o efetivo valor dos imóveis e não, como em alguns casos que temos em Albufeira, em que temos zonamentos que estão equiparados a zona de luxo do Algarve. O que eu gostava, enquanto responsável municipal, era que houvesse essa revisão, e que fosse feita de forma atempada, para que nós possamos proceder à redução da taxa de IMI, de forma a exigir o mínimo esforço aos munícipes de Albufeira e, ao mesmo tempo,



garantir a sustentabilidade do município. Uma coisa depende da outra e essa questão está já em curso, mas há uma intenção real e efetiva de corrigir isso, espero que seja em breve. "-----

Andreia Rodrigues: "Não é possível calcular a taxa de IMI através do agregado familiar, calcular através dos nossos rendimentos?"-----

Presidente da Câmara: "Não, porque tem a ver com a classificação das zonas. É uma taxa que tem a ver, exclusivamente, com critérios objetivos e direcionados, exclusivamente, para o imóvel. Evidentemente que há isenções de IMI, mas são temporários. Em relação ao parque que a dona Suzel referiu, concordo que este parque mereça um melhor tratamento. E neste momento já existe uma intenção de lhe dar alguma atracção para que as pessoas comecem a ir mais para lá. Designadamente a instalação de um quiosque, um ginásio ao ar livre e um parque infantil. A intenção já existe e, no final do próximo mês, iremos poder começar com um processo de investimento."-----

Carlos Ventura: Lê documento. (Doc. 3, anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Cândido Reigado: "A minha intervenção tem a ver com aquilo que foi a Revolução de Abril e a atual situação que se vive hoje no país. A Revolução de Abril trouxe ao povo português a esperança, a liberdade, a esperança de uma vida melhor, com direitos, salários, direito a uma reforma digna, depois de uma vida árdua de trabalho, o direito à saúde, à educação, à segurança social, através da luta dos trabalhadores. Foi instituído o salário mínimo nacional, o direito a férias, subsídio de férias e de Natal. São sistemáticos os ataques aos direitos dos trabalhadores, à contratação coletiva, ataque à escola pública, ao serviço nacional de saúde e à segurança social. Os salários, em vez de acompanharem a inflação, são ao contrário, salários de miséria, represálias, chantagem, é o que se verifica no Algarve, em que se inclui o concelho de Albufeira. A somar a esta vergonhosa exploração, estão salários em atraso, como se verifica em algumas empresas, o Clube Praia da Rocha é disso exemplo, trinta trabalhadores foram despedidos em Outubro. Foi a luta organizada desses trabalhadores, com forte apoio da direcção sindical e um trabalhador acorrentado durante dezasseis dias, que obrigou a entidade patronal a sentar-se à mesa das negociações. Daqui saudamos a luta dos trabalhadores da Praia da Rocha, a sua vitória, luta que a CDU acompanhou, onde estivemos lado a lado com os trabalhadores. Saudamos a luta dos trabalhadores, o espírito de sacrifício da direcção dos sindicatos de hotelaria, que durante os dezasseis dias passaram as noites praticamente ao relento. Em dois mil e catorze o turismo teve um aumento de nove por cento, seria normal que esse aumento se refletisse na melhoria dos salários dos trabalhadores e melhores condições de trabalho. Mas verificamos precisamente o contrário: os salários dos trabalhadores continuam a



baixar, com a maior parte a receber o salário mínimo nacional. Não se compreende, estando o turismo numa situação favorável, empresas hoteleiras entrarem em insolvência, levando ao despedimento da maior parte dos trabalhadores. No entanto, essas mesmas empresas estão a contratar outros trabalhadores com salários mais baixos. Face à grave situação que se verifica a nível laboral, pensamos que o executivo camarário de Albufeira devia intervir, no sentido de ajudar a resolver, ou minimizar, estes e outros problemas que afetam os trabalhadores do concelho. Em nome da CDU manifestamos a nossa solidariedade para com os trabalhadores do INEM, e repudiar ao mesmo tempo o ataque que está a ser feito por este governo ao serviço nacional de saúde." -----

Carlos Fernandes: "O assunto que quero apresentar diz respeito às grelhas dos respiradores no pontão da Praia dos Pescadores. Acontece que quatro grelhas se encontram partidas e foram colocadas tampas provisórias, bastante salientes no pavimento, e resulta em algum perigo para as pessoas que ali circulam, pois alguém pode cair. Não sei se é competência da câmara municipal ou do domínio público marítimo, mas julgo que a câmara deveria interceder junto deles, pois com a aproximação da época balnear faz todo o sentido a reposição daquelas grelhas. Até acho que deveriam ser todas substituídas porque se arriscam a partir muitas mais. Na entrada do pontão, do lado direito, verifiquei duas pontas de ferro expostas e disfarçadas pela areia que resulta num enorme perigo para as pessoas." -----

Carlos Santos: "Boa noite. Em primeiro lugar quero repudiar totalmente a situação que há minutos se passou nesta Assembleia. Por muita razão que um munícipe julgue ter, não tem o direito de vir aqui ofender os membros desta Assembleia, bem como os restantes membros do executivo, legalmente eleitos. E quem se diz tão democrata, não deve dizer o que aqui foi dito. Se o senhor em questão afirma que está farto de todos nós, deverá perguntar a si próprio se nós todos, eu falo por mim, não estamos fartos dele aqui nas Assembleias. Tem todo o direito de vir cá, como todo o público, mas não tem o direito de me ofender a mim, enquanto membro eleito desta Assembleia. Não tenho por hábito comentar o que os membros das restantes bancadas dizem ou fazem, mas na última assisti, meio a brincar, meio a sério, por parte de um membro da bancada do Partido Comunista, nomeadamente o senhor Pimenta, quando a propósito de uma proposta sobre a TAP, interveio a dizer que os membros da Assembleia desta bancada, do PSD, têm pouca intervenção. Muitas das propostas que o Partido Comunista apresenta nesta Assembleia, eu respeito-as, mas não sou obrigado a concordar com elas, nem parcialmente nem totalmente. E no caso da TAP, e dos trabalhadores da TAP, estou inteiramente em desacordo porque entendo que a TAP não é uma mais-valia para o Algarve, nem para o turismo do Algarve. A TAP vem duas vezes por dia ao Algarve, vem com um dos aviões mais pequenos da sua frota, o A319, e limita-se a voar para um destino, que é Faro, em que voam de e para Faro noventa destinos na Europa. Se todos



nós, que estamos ligados, direta ou indiretamente, ao turismo, dependermos daquilo que a TAP traz para o Algarve, penso que o turismo do Algarve já teria fechado." -----

Soraia Morais: "Boa noite a todos. O assunto que trazemos pensamos que seja de fácil resolução: tem a ver com os computadores instalados na Biblioteca Municipal. Segundo informações que recolhemos, estão onze computadores para utilização do público e apenas três ou quatro é que estão em funcionamento. Segundo informação dos funcionários, todos os outros estão avariados. Solicitávamos que esta situação, se ainda não foi vista pelo executivo, fosse vista porque achamos que o investimento que se possa fazer não é assim tão alto e para munícipes que não tem essa possibilidade nas suas casas, os computadores lá são importantes, e são uma mais-valia." -----

José Pimenta: "Boa noite a todos. Nós apresentamos aqui propostas, recomendações. É natural que outras forças políticas tenham pontos de vista diferentes. Aquilo que eu disse, está dentro da verdade, o PSD praticamente não intervém. Em relação ao IMI, já referimos que o IMI a zero ponto cinco é uma penalização para todos os Albufeirenses. O valor patrimonial em dois mil e doze aumentou, com a taxa máxima de zero ponto cinco, tudo isto faz com que o IMI seja bastante alto. Dizer também que nós já tínhamos falado aqui que não havia qualquer necessidade, e o tempo veio dar-nos razão, de fazermos o programa de apoio à economia local. Esta foi a nossa opinião, e pelos vistos estávamos certos. Todos nós sabemos que o saneamento básico em Albufeira não está resolvido. Houve progressos, houve melhorias mas não está resolvido. Em relação aos despejos que há no INATEL, tem a ver com a central de tratamentos de Vale Faro. Pergunto: o que é que o executivo camarário está a pensar fazer para resolver esta situação? Outra questão é: que acompanhamento é que há no terreno, se é arquitetos paisagísticos ou engenheiros? Ouve-se críticas, de que há cortes de ramos, por vezes as árvores ficam todas desnudadas, há ou não há, no terreno, acompanhamento de engenheiros ou arquitetos paisagísticos? Pelo que eu tenho visto, parece-me que não há. Gostava de saber se o executivo nos pode informar se no final do ano, Outubro, Novembro, dada a sazonalidade que existe, uma estimativa de quantos contadores são retirados e repostos, porque isto tem tudo a ver com a faturação da água." -----

João Cabrita: "Já que estamos nos Olhos de Água, gostaria de chamar a atenção para a Rua da Ladeira, está constantemente em obras e o pavimento em mau estado. Os semáforos aqui são um problema, sugeria que passasse a ser uma rotunda. Em frente aos CTT, como quem vem da Torre da Medronheira, há um sinal de trânsito que diz que é estrada com prioridade, no outro lado da rua tem um stop, ou seja, quem vem dos três lados, param os três. Basta tirar um dos sinais. Em relação à linha de água de Vale Faro para o INATEL, foi realmente feita uma limpeza, mas a limpeza que foi feita, todas as canas e as arvores que foram retiradas, foi tudo colocado na margem. Foi uma prevenção para os incêndios, mas o risco de incêndio está lá ainda. Na margem direita, como quem vai de norte para sul, está cheio de vegetação junto aos prédios. Mais uma



vez, aquela linha de água é sim uma linha de esgoto e não de água, e tal como a outra linha de água de Valemangude, deveria ser também entubada, porque aquilo é esgoto ao ar livre.”-----

Fernando Cabrita: “Boa noite a todos. Tomei conhecimento de uma situação e gostaria de dar conhecimento à câmara, no sentido de repararem um caminho. No limite de Vale Parra, um caminho que sobe em direção a Terras Novas, são uma série de colinas em que há uma série de casas bem posicionadas e que estão a pagar um IMI bem elevado. Não se consegue compreender como é que aquele caminho se está a estragar todos os dias com pedras soltas, porque se fosse reparado agora seria de pouca intervenção e, se deixarem passar mais algum tempo, certamente, que irá ter três ou quatro vezes mais de despesa.” -----

Presidente da Câmara: “Em relação à intervenção do Carlos Fernandes, não é competência da câmara, mas claro que é da responsabilidade de todos nós, e irei dar informação do que se passa. A intervenção do Carlos Santos é uma manifestação de opinião, respeitável. A Soraia falou da questão dos computadores. Tenho a dizer que já foi aberto procedimento para aquisição de computadores. O senhor Pimenta colocou uma questão direta e, de facto, não existe acompanhamento paisagístico mas deviam estar a acompanhar. Quanto às questões do INATEL e de Vale Faro: a de Vale Faro não está na nossa jurisdição, está nas mãos das Águas do Algarve. Recentemente a Vereadora enviou um ofício para rever essa situação de Vale Faro. Não estamos esquecidos do assunto e estamos em cima do acontecimento, embora não dependa, exclusivamente, de nós. Quanto à questão daquela linha de água também ter esgoto, eu já pedi para irem ver e a informação que tenho dos serviços não é essa. Pode haver, ocasionalmente, uma descarga ilegal, mas a informação que eu recolhi é que podia haver descargas ilegais esporádicas, pois caso contrário seriam detetadas. Mas eu também apelo a quem souber o sítio onde essas descargas são feitas, façam o favor de nos informar. De qualquer modo registei e fico preocupado com isso, mas a informação que tenho é que foi feita a limpeza daquela vala e com a precipitação houve escorrimento de matéria orgânica arrastada pelas águas para a praia. Tomei nota em relação à Rua da Ladeira, à sugestão de uma rotunda e ao caminho de Vale Parra em direção a Terras Novas.” -----

Vice-Presidente: “Boa noite a todos. No âmbito das intervenções, nomeadamente sobre a Rua da Ladeira, são rebentamentos de condutas de água que vão sempre deteriorando aquele espaço. Mas isso já está a ser tratado. Relativamente à rotunda dos Olhos de Água, já está prevista há um ano e temos um plano de cento e vinte obras para fazer. É uma área onde está praticamente tudo por fazer: estradas, caminhos, becos, rotundas. A rotunda já está prevista. Caso as contas de dois mil e catorze sejam aprovadas, sea feita ou no final do verão ou no início do próximo ano. Relativamente ao caminho de Terras Novas, também já está incluído neste plano. Não pode é ser tudo feito ao mesmo tempo, temos de ter um pouco mais de paciência. Quer



os serviços da parte viária, quer os serviços da parte financeira estão obrigados a muitos procedimentos administrativos, e isso tudo leva imenso tempo.” -----

Ana Vidigal: “Boa noite a todos. Relativamente às linhas de água, não é só na linha de água do INATEL que estamos a intervir. Estamos a intervir também em outras linhas de água. Elas estão já referenciadas e fazem parte de uma calendarização em que vão ser todas intervencionadas. Neste momento está a ser intervencionada uma linha junto à praia dos Alemães e, posteriormente, seguirá para Montechoro. Já fizemos a limpeza dos coletores em determinadas zonas, nomeadamente na baixa de Albufeira, no do Cerro do Ouro, que são os pontos mais urgentes onde era necessária uma intervenção com prioridade. É nossa intenção limpar todos os coletores que assumam uma necessidade de limpeza. Relativamente aos contadores de água e à estimativa de quantos são retirados e repostos na época alta, esses números de momento não tenho comigo mas se for possível posso dar amanhã. Estamos a fazer uma intervenção ao nível de substituição dos contadores e, para dar uma ideia, neste momento estão substituídos oitocentos contadores, brevemente estarão cerca de mil. Dos primeiros trezentos contadores substituídos, havia contadores que estavam inoperacionais e, portanto, algumas leituras não correspondiam ao consumo efetuado e já foram apurados sete mil metros cúbicos de água.” -----

Carlos Santos: “Obviamente que a questão do IMI também preocupa a bancada do PSD e quero deixar a nota que existe no site das finanças o IGMI. Qualquer cidadão, com a sua caderneta predial, pode fazer a simulação e encontrará, facilmente, se a sua propriedade corresponde ao valor atual ou não da simulação. Falo por experiência própria. Com a simulação, que foi bastante mais baixa do que eu tinha, fiz uma reclamação nas finanças e o valor da avaliação baixou. Automaticamente o valor do IMI baixou também.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança; -----

Os novos membros do Concelho Municipal de Segurança tomaram posse no início da sessão. -----

PONTO DOIS

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

José Pimenta: "Gostaria de saber se não seria natural que aquele dinheiro usado para encurtar o prazo, o valor de doze milhões de euros, em aplicações financeiras, viesse nesta informação do Presidente?" -----

Presidente da Câmara: "Poderia ter vindo, sim."-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação da ata de 24-02-2015; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: três (03) Ana Cristina Neves Pinto Oliveira, Vitor José Correia Maria Vieira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

Votos a Favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, João Cabrita, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Fernando Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por maioria. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2014, do Estatuto do Direito de Oposição; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da repartição de verba do procedimento para fornecimento de combustíveis rodoviários, em postos de



abastecimento públicos e a granel, em Portugal Continental, até ao limite global de 926.258€ com IVA incluído, ao abrigo do Acordo Quadro da ESPAP -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Morais, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, João Cabrita, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana cristina Oliveira, Fernando Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Morais, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, João Cabrita, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana cristina Oliveira, Fernando Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do município respeitantes ao ano de 2014; -----

Presidente da Assembleia: “Antes de dar início à discussão deste ponto, gostaria de perguntar, uma vez que esta documentação remetida após o prazo legal, se algum dos membros se opõe à discussão deste ponto.” -----

Leonardo Paço: “Gostava que ficasse uma nota que, estas situações têm acontecido com alguma frequência. Logo, nós Membros, ficamos sem tempo útil para, de alguma forma, apreciar os documentos.”-----

Presidente da Assembleia: “No que diz respeito ao prazo legal o estabelecido são quarenta e oito horas. O Membro Leonardo Paço referiu que o envio tardio tem sido recorrente. Peço desculpa, mas não tenho notícia de a documentação chegar aos Membros desta Assembleia fora do prazo legal.”-----

Leonardo Paço: “Já é a terceira vez.”-----

Presidente da Assembleia: “Gostava que nos enviassem notas referentes a essa questão. Quanto a este ponto, não diz respeito à Assembleia Municipal, como repararam na comunicação, o envio por parte do revisor de contas não chegou na devida altura e nenhum direito fica falhado, uma vez que, se os membros fizerem chegar essa informação à mesa, a mesa retira o ponto da discussão. Ontem, sabendo que os documentos não chegariam a tempo, tive o cuidado de comunicar a todos os Membros da Assembleia, obviamente que há regras a cumprir. Tentamos cumpri-las quando agendamos os pontos a solicitação da Câmara e ainda não temos os documentos. Mas neste caso, nem foi responsabilidade da Câmara, foi dos revisores de contas que enviaram tardiamente o relatório à Câmara. É o primeiro ano em que isto acontece e, à boa moda portuguesa, estamos sempre dispostos a ter aqui alguma parcimónia até que se caia na rotina. Não foi o caso, não é responsabilidade da Assembleia Municipal, não foi, também, da Câmara Municipal. Grato pela compreensão demonstrada quanto a este assunto.” -----

Não tendo havido qualquer oposição à discussão deste ponto o Presidente da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Francisco Oliveira: “Relativamente a este ponto, trata-se de um documento técnico. No que diz respeito à consideração técnica do documento, não temos absolutamente nada a apontar e entendemos que os documentos refletem e espelham aquilo que são as



contas do município. Mas por espelharem as contas do município é que teremos que fazer algumas considerações. Desde já verificar que, pela primeira vez, foram sujeitas a um parecer de um oficial de contas em que esse parecer vem referir que houve pouco tempo para ser elaborado, mas vem com algumas recomendações que entendemos ser convenientes em próximas prestações de contas do município serem tidas em conta. Como é do conhecimento, foi necessário recorrer ao PAEL para equilibrar as finanças do município. Naturalmente que ficamos todos sujeitos a uma série de medidas, nomeadamente os impostos municipais com as taxas máximas, o que veio, efetivamente, trazer imensos problemas para a população. Temos que ver que o aumento dos impostos em três anos tem vindo a aumentar consecutivamente, e tem vindo a aumentar pelas mais diversas razões. Primeiro, pelas avaliações que foram efetuadas e pelo aumento das taxas. Com a agravante que, este ano ainda, acabou a cláusula de salvaguarda. As pessoas deixaram de ter aquele teto e aquela possibilidade perante a situação em que houve um aumento gradual, para passarem de valores relativamente elevados para valores elevadíssimos. A verdade é que a bancada do Partido Socialista, durante o ano de dois mil e catorze, teve uma posição no sentido de pugnar para que o pagamento do PAEL fosse considerado, ou, não sendo considerado que fosse negociado de forma a reduzir esta enorme carga fiscal. Acontece, estranhamente, que as taxas do IMI foram aprovadas em Julho e, normalmente, são aprovadas em Novembro ou Dezembro. O Partido Socialista, numa Assembleia realizada em Novembro de dois mil e catorze, veio pedir que fosse informado sobre qual o valor que estaria em caixa e se havia ou não possibilidade do pagamento do PAEL. Foi-nos dito que, efetivamente, não havia dinheiro para o pagamento. O Partido Socialista, na câmara, faz uma proposta que é recusada e, estranhamente, oito dias depois, é feita uma proposta pelo PSD que é aprovada e o PAEL é pago. Dá-nos a ideia de que, de facto, havia, efetivamente, possibilidade de se resolver esta situação, do PAEL ser pago e a taxa relativamente ao ano de dois mil e quinze ser reduzida. Com base nestas contas, e nesta prestação de contas, verificamos que após o pagamento do PAEL, cerca de dezasseis milhões de euros, o município ainda transita com cerca de treze milhões. Portanto é demonstrativo que haveria disponibilidade para poder aliviar a carga fiscal dos contribuintes de Albufeira. Não foi assim, não foi esse o entendimento. O senhor Presidente referiu, e concordo plenamente, que as contas do município devem ser equilibradas mas não pode ser à custa do enorme esforço dos munícipes. É verdade, também, que o equilíbrio destas contas se deveu, pelo menos a duas situações exógenas



à gestão da câmara: uma delas é o aumento dos impostos, que este ano vai ter ainda um aumento considerável - nos anos anteriores o IMI aumentou cerca de vinte por cento todos os anos - e outra foi a redução, obrigatória, da Lei dos Compromissos. Houve efetivamente o equilíbrio das finanças, mas à custa de um esforço brutal por parte dos munícipes." -----

José Pimenta: "Para referir algumas situações, em relação às receitas: verificamos, em impostos e taxas, um valor de onze milhões e seiscentos mil euros a mais, o que faz com que, por parte da câmara, exista uma "almofada", e ficaremos com os cofres cheios, o que não deve ser essa a intenção do executivo, com as dificuldades que existem em relação ao saneamento básico, aos pavimentos, tantas dificuldades que existem em Albufeira. Isto é uma parte política, a parte técnica está espelhada aqui. Em relação à prestação de contas do ano de dois mil e catorze, não é possível fazer uma análise pormenorizada porque isto são documentos longos mas, do que foi possível analisar, verifica-se que o município conseguiu recuperar, não obstante, tal é devido à falta de investimento. Por isso a bancada da CDU irá abster-se." -----

Presidente da Câmara: "Compreendo as observações mas não concordo com elas. Quanto à questão de serem exógenas ao município, é uma opinião. Nos considerandos feitos, vemos algo positivo, o facto de o município conseguir pagar o PAEL e reduzir a dívida. Convém notar que, quanto à questão que dizem de investimento, eu diria que também não é bem assim. O investimento que foi feito na redução das dívidas do PAEL são investimentos de capital. Naturalmente revertem-se para despesas de investimento. Em relação àquilo que foi o orçamento inicial temos noventa e três vírgula zero noventa e sete por cento, pelo que não se pode dizer que o grau de execução seja mau. Contrariamente ao que é dito, quanto às despesas de capital, temos um desvio positivo. Portanto, não vejo onde estão as dúvidas. Depois se compararmos as despesas correntes de dois mil e treze para dois mil e catorze verifica-se que baixaram cerca de catorze por cento, ao mesmo tempo em que apoiámos os Bombeiros e clubes e associações. Quando dizem que o orçamento é mau, os números dizem o contrário. Portanto, não vejo onde é que está aqui qualquer nota de desequilíbrio, antes pelo contrário, acho que deviam estar orgulhosos da gestão que foi feita, do respeito que houve com o dinheiro público. Com certeza que foi com o sacrifício dos albufeirenses, ninguém nega isso. Houve um aumento substancial das receitas mas também houve uma quebra significativa das despesas. Quanto à intervenção do José Pimenta, eu gostava de ter uma almofada mas não tenho nenhuma. Essa almofada é de



um trabalho que conseguimos apurar no fim do ano, que é quando se tem todas as contas feitas. Sobrou dinheiro e eu espero que esse dinheiro seja bem investido. Como já foi referido, temos muito investimento para fazer e esta almofada, que parece dinheiro, se calhar não vai chegar. Portanto, vamos ter de ser muito prudentes a fazer o investimento.” -----

Francisco Oliveira: “Só para considerar que acredito naquilo que disse porque a referência que fiz a duas situações exógenas, com certeza que não me referia ao trabalho que tivesse sido realizado pelo executivo. É evidente que as despesas caíram a pique quando apareceu a Lei dos Compromissos. E é por aparecer a Lei dos Compromissos, e pela dificuldade económica que o município atravessa, que não é possível ao município executar determinado tipo de despesa, e não é possível ao município avançar com determinado tipo de investimentos tendo em consideração que a Lei dos Compromissos implica que no prazo de noventa dias o valor tenha que ser pago. É nessa medida que se entende que, havendo um aumento de receitas e havendo uma redução da despesa, e essa redução obrigatória pela Lei dos Compromissos, e é nesse sentido que chocamos. Por isso é que não entendemos porque é que no final do ano passado a informação era de que não era possível fazer o pagamento do PAEL e depois, mais tarde, verificou-se essa situação. Acredito que a câmara tenha que gerir com cuidado, com todo o rigor, os dinheiros públicos, não digo o contrário. Aliás é um princípio de boa-fé e é um princípio que todos nós devemos partilhar. É evidente que este ano vai haver valor para além daquilo que é habitual, tendo em consideração o aumento da receita relativamente ao IMI. Portanto, não me parece, a não ser que haja projetos para além daqueles que possam estar contidos no orçamento, tendo em consideração a não existência da cláusula de salvaguarda, os impostos municipais vão subir consideravelmente, nomeadamente o IMI. E não fizemos a redução da taxa, evitando assim que os contribuintes pagassem, durante mais um ano, os valores máximos das taxas municipais. Por isso, com toda a fé, também lhe digo que a verdade é que o trabalho da câmara foi, efetivamente, ajudado por estes dois fatores exógenos, ou seja, a subida dos impostos por via do PAEL e a obrigatoriedade da redução das despesas e a contenção.”-----

Presidente da Câmara: “Eu soube que era possível pagar quando houve informação técnica de que havia dinheiro suficiente para se pagar o PAEL. Aquando daquela proposta apresentada, nessa data, não tínhamos informação de que era possível para pagar o PAEL. Quando foi feito o pagamento a taxa já tinha sido fixada e, de facto,



não sabíamos se podíamos ou não pagar, em meados de Dezembro. Já este ano de dois mil e quinze foi feita a pergunta aos serviços, se poderíamos ainda equacionar a hipótese de reduzir a taxa de IMI, mas a informação foi negativa. Tendo o PAEL sido pago depois da fixação da taxa, só este ano é que podemos baixar o IMI."-----

Francisco Oliveira: "A questão é que era sempre possível fazer a alteração da taxa do IMI, desde que ela fosse feita no ano em curso. O que não foi possível porque o pagamento do PAEL foi feito nos últimos dias do ano. Nós estávamos de mãos atadas porque não podíamos reduzir a taxa, tendo em consideração que ainda não tínhamos pago o PAEL. Fizemos a votação da taxa em Junho e não tivemos a cautela de pensar que poderíamos, efetivamente, fazer o pagamento do PAEL e poder, eventualmente, reduzir essa taxa. Neste momento temos duas agravantes: não só a taxa máxima, como também a cessação da cláusula de salvaguarda. E essa é bem mais complexa e bem mais complicada para os munícipes porque são valores considerados, em alguns casos, para o dobro, são valores muito elevados. Sabemos também que o governo agora veio dizer que ia equacionar a questão dos coeficientes ou dos índices de localização, mas o que é facto é que as populações vão pagar um valor muito elevado." -----

Presidente da Câmara: "Temos de aceitar que só soubemos e só tivemos possibilidades de pagar o PAEL no final de Dezembro. Agora, uma coisa é certa, a partir do momento que tivemos possibilidade de efetuar o pagamento, em termos legais, já era tarde para fazermos baixar as taxas, é um facto. Este ano, na nova fixação, é intenção de todos nós, equacionar os valores do IMI."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Geraledes Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, João Cabrita, Carlos Fernandes, Fernando Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a Favor: catorze (14) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Morais, Lurdes Meirinho, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia.-

A proposta foi aprovada por maioria. -----



PONTO OITAVO:

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto - Regime geral para a execução de campanhas de desinfestação no concelho de Albufeira, pelo período de 3 anos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, João Cabrita, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana cristina Oliveira, Fernando Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NONO:

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para elaboração do plano de mobilidade e transportes de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, João Cabrita, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana cristina Oliveira, Fernando Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU, sobre a transferência de competências só com a participação do poder local; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

José Pimenta lê moção. (Doc. 4, anexo a esta ata) -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta moção, o Partido Socialista tem uma posição que, de facto, concorda com esta transferência de competências para o poder local. Entendemos que essa transferência de competências deverá ser feita com os meios necessários para que possa ser executada mas também não entendemos ser totalmente contra a CDU. Aliás, é um Decreto-Lei que faz referência à necessidade de este processo de delegação de competências vir a ser concretizado através de contratos administrativos e através de uma negociação com o poder central. Mais uma vez, reafirmamos que é fundamental que a transferência das competências seja feita com os meios necessários, porém, não estamos efetivamente contra a descentralização, e nesse sentido entendemos abstermo-nos na votação desta moção."-----

Adriano Ferrão: "Ao olhar para esta moção, de algum modo, acusando esta iniciativa do governo, como uma má Lei, penso que é discutível. Primeiro que tudo porque o texto tem um carácter de que há quase uma obrigatoriedade de ceder e ficar dependentes desta iniciativa do poder central. De qualquer modo, o que se conhece desta Lei é que só as câmaras que quiserem aderir é que aderem, não são obrigadas a aderir, as câmaras são livres de assumir essas responsabilidades, se, realmente, a câmara observar algumas vantagens, alguns benefícios em favor da sua população. Mais a mais, salvaguardando aqui o caso em que as competências e as responsabilidades aceites tenham uma compensação económica equivalente e que, para isso, haja um benefício visível e objetivo para as populações desse mesmo município. Lembro-me de estar no congresso dos municípios e ouvi o presidente da câmara de Aveiro falar de um museu de Aveiro, o qual ele achava que seria vantajoso assumirem a responsabilidade da administração desse museu tendo em conta as compensações que a própria câmara de Aveiro poderia usufruir e distribuir em função da sua própria população. Enfim, tendo



resultados e vantagens para os municípios que aderirem, caso vejam essa possibilidade, e essa possibilidade é dada pelo governo e por esta legislação. Não me parece uma má Lei. Poderá ter aqui alguns pontos discutíveis e por isso a bancada do PSD também se irá abster na votação desta moção."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Gerales Simões, Soraia Morais, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Adriano Ferrão, João Cabrita, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana cristina Oliveira, Fernando Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a Favor: dois (02) Cândido Reigado, e José Pimenta. -----

A moção foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU, sobre o 41.º Aniversário do 25 de Abril; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Cândido Reigado lê moção. (Doc. 5 anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão: "Se me permite a CDU, quando nós lemos estas moções, continuamos a encontrar aqui um formulário, que penso que já é altura disto mudar, alguém tem de ligar para Lisboa e dizer que já está um pouco démodé. Há quarenta anos que oiço isto, "os portugueses são empurrados", "o governo intensificou o ataque ao poder local", "um programa de subversão do poder local democrata", "agredindo a democracia", estes termos são fortes. Estamos com aquilo que são os valores do vinte e cinco de Abril, defendemos a democracia, mas repudiamos esta linguagem tão agressiva, e iremos abster-nos quanto a esta moção."-----

Cândido Reigado: "Consideramos que aquilo que está a ser feito ao país, por exemplo, na freguesia dos Olhos de Água, que foi agregada à de Albufeira, ou seja, esta



freguesia enquanto freguesia desapareceu. Isto é um exemplo do que se passou aqui porque há milhares e milhares pelo país todo. Só no Algarve foram uma série de freguesias que desapareceram, isso foi um ataque do poder local democrático. Basta olhar para aquilo que se está a passar nas empresas, em relação aos trabalhadores, o ataque está a ser feito, trabalhadores são despedidos sem justa causa, são atirados para a rua, para o desemprego, e para a miséria, salários que não são pagos, isso é ou não é um ataque à revolução de Abril e à própria constituição? Porque da constituição, no seu artigo cinquenta e oito, está bem expresso que todo o cidadão tem direito ao trabalho, mas um trabalho pago de forma decente. É aí que nós consideramos que, de facto, está a ser feito um ataque." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Paulo Freitas, Rui Bernado, Lurdes Meirinho, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Santos, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia -----

Votos a Favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, João Cabrita, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Fernando Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação da proposta apresentada pela CDU, acerca da defesa da saúde pública; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

José Pimenta lê proposta. (Doc. 6, anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão: "A bancada do PSD, quanto ao ponto um, "recomendar ao executivo da câmara municipal que efetue as obras necessárias ao entubamento do referido barranco", para nós é aceite. Todo o munícipe que vive neste concelho, se detetar uma deficiência, algo que tenha impacto ambiental para a população que aqui vive, deve dar



notícia ao município, e este, com certeza, procederá dentro das suas prioridades e das suas limitações. E por isso penso que esta recomendação é de aceitar. Porém, o segundo ponto "dar conhecimento desta deliberação aos meios de comunicação social local" vem de alguma maneira contradizer quando dizem "se queremos mais e melhor turismo para o concelho". Se colocarmos este tipo de notícias nos *Mass Media*, o que vamos conseguir é um prejuízo para o turismo, é um prejuízo para a cidade e é um prejuízo para os trabalhadores, que a CDU sempre se faz arauto da defesa dos trabalhadores. Não acho que seja vantajoso que um tipo de comunicação deste género seja manifestamente exposto ao público em geral. O que vejo aqui é que se pretende algum protagonismo. Se retirarem o ponto dois, não nos é difícil aceitar esta proposta, senão teremos de votar contra." -----

Presidente da Câmara: "É uma recomendação que já não se justifica. O projeto já está feito e já estamos a avançar. Gastamos algum dinheiro e esforço, não vamos agora fazer má publicidade." -----

Soraia Morais: "A bancada do VIVA gostava apenas de discordar da posição da bancada do PSD. Tanto quanto lemos aqui, o que se pede, por parte da CDU, é que seja dado conhecimento aos órgãos de comunicação social local, não há aqui nenhuma referência a nível nacional. Tendo em conta que a própria autarquia tem um gabinete de comunicação, que faz a redação deste tipo de textos para depois passar aos meios de comunicação social, pode, perfeitamente, espelhar-se, tal como aqui está a ser feito, uma preocupação do município em melhorar a qualidade de vida dos munícipes e uma preocupação em defesa da saúde pública, e não propriamente uma imagem negativa desta cidade, enquanto destino turístico. Não consideramos que seja um efeito imediato a má imagem para Albufeira, mas sim o oposto. Porque é isso que estamos aqui a trabalhar, e a proposta da CDU vem exatamente nesse sentido, melhorar e não de denegrir." -----

Presidente da Assembleia: "Só para esclarecer que não há nenhuma outra comunicação que não seja o envio da moção para a comunicação social, não há tratamento da informação. A Assembleia Municipal apenas envia envia as moções juntamente com as deliberações e remete para os órgãos da comunicação social, sem qualquer tratamento." -----

Presidente da Câmara: "Esta Assembleia Municipal é deliberativa, não podemos pensar que aqui é uma assembleia para fazer publicidade, neste caso, injustificada, porque o assunto está a ser tratado." -----



Adriano Ferrão: "É difícil embarcar numa visão tão positiva porque eu considero que os órgãos, a imprensa, os *Mass Media* nacionais, tomando conhecimento de tudo o que nós divulgamos, fazem uma filtragem. Para terem uma boa venda tem de ser uma notícia que tem impacto e pode criar algum escândalo. O que vende é o que está mal, de modo que, o que poderíamos esperar de uma deliberação destas na comunicação social? Prejuízo para Albufeira." -----

José Pimenta: "Não é intenção da CDU, quando traz estas moções, prejudicar o município, prejudicar os trabalhadores ou os visitantes. O que é certo é que as coisas estão à vista. E o Presidente da Assembleia já disse que, mesmo que esta situação não aparecesse aqui, é obrigatório levar a conhecimento aos meios de comunicação social."-

Presidente da Assembleia: "Não foi isso que eu disse. O que eu disse foi: uma vez deliberado e aprovado, a moção vai exatamente como está para a comunicação social. A comunicação social, do que está aí escrito vai retirar o que entender. A Assembleia Municipal quando remete para a comunicação social ou para os órgãos políticos não faz qualquer tratamento do texto. Remete uma cópia daquilo que é entregue na Assembleia."-----

José Pimenta: "Por outro lado, acho que uma moção destas não vai fazer com que haja menos turismo em Albufeira. O Presidente também disse que a situação está resolvida. Então podiam ter-me informado que a situação estava resolvida e eu não trazia esta recomendação. Nós não sabemos o que é que se passa. Não é nossa intenção. A bancada do PSD está a meter nas nossas costas e não temos qualquer intenção de prejudicar o turismo em Albufeira."-----

Francisco Oliveira: "Esta recomendação é uma recomendação legítima, apesar de o Presidente e a Vereadora fazerem referência de que está em vias de ser resolvido. Penso que era conveniente esclarecer que o facto de termos aqui o ponto dois implica que, obrigatoriamente, tenha que se dar conhecimento à comunicação social. Poderíamos eventualmente aprovar esta moção, somente por recomendação à câmara municipal, sem haver necessidade do ponto dois, caso os autores da moção retirassem esta indicação. A minha proposta seria a votação desta moção sem o ponto dois."-----

Adriano Ferrão: "Só para esclarecer que não acredito que a CDU esteja contra o turismo de Albufeira mas às vezes fazemos algo que, por vezes, resulta em acidentes. E é isso que temos aqui que entender." -----

José Pimenta: "A CDU, defendendo os interesses de Albufeira, propõe que seja retirado o ponto número dois." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação sem o ponto número dois.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: dez (10) Paulo Freitas, Rui Bernado, Lurdes Meirinho, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia -----

Votos a Favor: quinze (15) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, João Cabrita, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Fernando Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação da proposta apresentada pela CDU, acerca da estação central de camionagem de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes Membros:-----

Cândido Reigado lê proposta. (Doc. 7, anexo a esta ata) -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta proposta coloca-se aqui uma questão: pela leitura da mesma, esta central de camionagem está adjudicada à EVA. Não tendo conhecimento preciso dos termos do contrato, esta recomendação terá de ter em conta as condições e as cláusulas do contrato entre o município e a entidade em causa. Parece-me uma recomendação, no sentido em que possa ser desbloqueado um dos terminais para este efeito, desde que o contrato de concessão assim o permita, e uma recomendação para a câmara municipal no sentido de que em situações futuras seja acautelada esta situação. Vamos votar desta forma, tendo em consideração o desconhecimento total relativamente ao contrato em causa." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: vinte (20) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernado, Geraldês



Simões, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Adriano Ferrão, João Cabrita, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Fernando Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a Favor: cinco (05) Soraia Morais, Cândido Reigado, Mário Gaspar, José Pimenta, Ivânia Mascarenhas.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:35 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 23 de Abril de 2015 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

Documento anexo da acta da sessão ordinária do dia 23 de Abril de 2015.



**3ª Alteração
em 23 de Abril de 2015
da
Tomada de Posse
do
Conselho Municipal
de Segurança de
Albufeira**

Mandato 2013 - 2017

**Realizada na sessão extraordinária da Assembleia
Municipal de Albufeira de 19 de Março de 2014
e continuação na sessão ordinária de 23 de Abril de 2014**



Abel Arcanjo de Sousa Adriano - Comandante da Brigada de Transito de Albufeira;



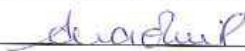
Vitor José Correia Maria Vieira - Representante da ACRAL;-----



O Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas -----

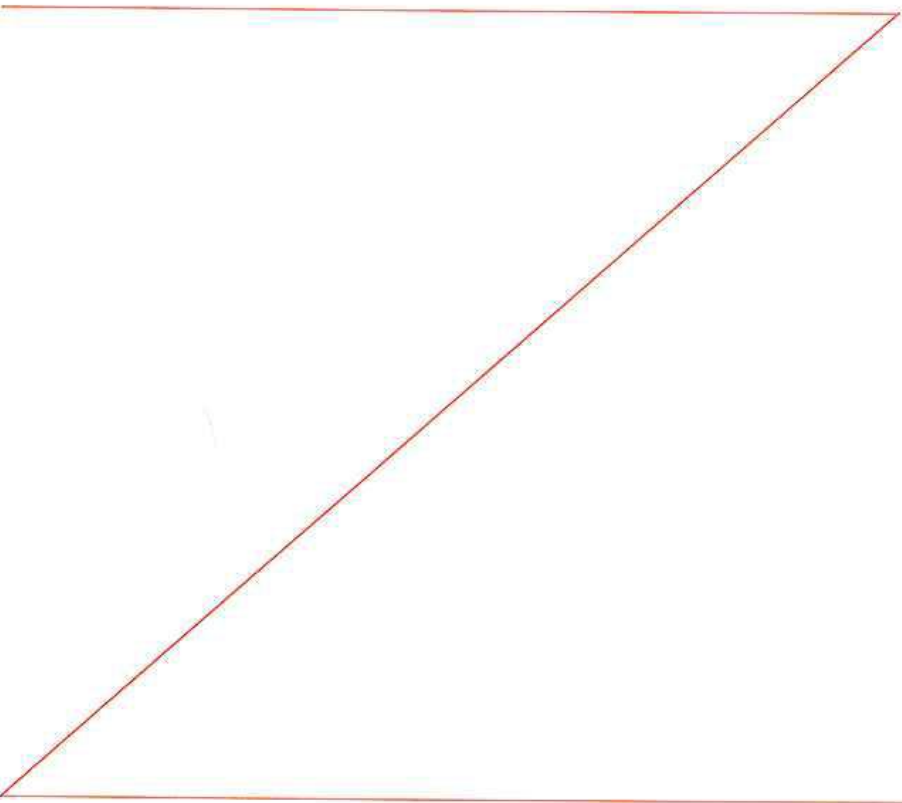


A Primeiro Secretária, Ana Cristina Neves Pinto Oliveira -----



O Segundo Secretário, Vitor José Correia Maria Vieira -----





sul e regiões
autónomas

Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

DELEGAÇÃO DISTRITAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO

Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129

E-MAIL: deleg.faro@stfpssra.pt**DENÚNCIA DO DESMANTELAMENTO DO INEM ALGARVE**

O sindicato dos trabalhadores em funções públicas e sociais do sul e regiões autónomas, STFPSSRA delegação de Faro, está em luta com os trabalhadores do INEM.

Estando assim o INEM no Algarve a ser desmantelado e descontinuado, por ser um grave retrocesso na vida dos trabalhadores que vêm os seus postos de trabalho ameaçados e em risco assim como a vida das populações

A central de emergência médica que tria as chamadas de emergência médica nasceu no Algarve no ano 2000 com as valências que todas estas centrais têm, atendimento, triagem e aconselhamento médico e acionamento de meios, com cerca de mais 30 trabalhadores de operadores de telecomunicações de emergência médica e médicos.

Em 2012 na sequência do memorando da troika e na destruição do SNS o INEM, também presente nessa destruição, reuniram com estes trabalhadores numa sala e nunca assumindo publicamente que esta central de emergência médica iria fechar, foi dito aos trabalhadores que

SEDE: Av Luís Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320

INTERNET: Endereço: <http://www.stfpssra.pt> - E-Mail: geral@stfpssra.pt

sul e regiões
autónomas

Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

DELEGAÇÃO DISTRITAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO

Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129

E-MAIL: deleg.faro@stfossra.pt

procurassem novos empregos porque iriam fechar esta central e que os trabalhadores mais velhos de idade pedissem de imediato a mobilidade na função pública.

Estes trabalhadores com medo da perda dos seus postos de trabalho pediram na sua maioria mobilidade na função pública, ficando assim a resistir e lutar ate aos dias de hoje 6 trabalhadores que mantêm esta central a funcionar 24 horas por dia.

Importa dizer que estes trabalhadores, Técnicos de Operações e Telecomunicações de Emergência, são trabalhadores altamente qualificados nesta função da triagem das chamadas de emergência médica, acionamento de meios e intervenção em caso de catástrofe.

Mas nessa mesma altura as medidas economicistas deste memorando da Troika de afundamento do país e de destruição do aparelho produtivo do estado, descontinuou esta central.

Assim deixou de ter a valência que todas as outras centrais têm no resto do país, esta central neste momento só faz acionamento de meios de emergência médica.

SEDE: Av Luis Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320
INTERNET: Endereço: <http://www.stfpssra.pt> - E-Mail: geral@stfpssra.pt



Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

sul e regiões
autónomas

DELEGAÇÃO DISTRITAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO
Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129
E-MAIL: deleg_faro@stfssra.pt

Quem atende as chamadas do 112 aqui da região que até a 2012 era os serviços no Algarve, agora é as centrais de Lisboa, Coimbra e Porto,

Importa dizer que os meios de emergência médica andam na maior parte das vezes perdidos a procura dos locais porque as chamadas na sua referenciação vêm mal referenciadas.

Porque o Algarve não é um bairro do centro de Lisboa como querem fazer querer, o Algarve é uma região muito específica com um litoral urbano / Rural e um interior Urbano/ Rural.

Depois temos as questões linguísticas regionais que só os Algarvios conhecem, muitas vezes aparece nessas mesmas referencias dessas chamadas de emergência coisas que não tem nexos, atrasando o socorro as populações pois as equipas de emergência têm que pedir contacto com a central de Lisboa para estes fazerem um novo contacto com o contactante para perceberem o local exato, contacto esse que demora imenso tempo, porque esta central de Lisboa tem as linhas ocupadas por estar a regular serviços de 9 distritos, a viatura médica de emergência e reanimação no caso de precisar de passar dados para que avisem o hospital da chegada de um doente crítico com as linhas entupidas,

SEDE: Av Luís Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320
INTERNET: Endereço: <http://www.stfssra.pt> - E-Mail: geral@stfssra.pt



Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

DELEGAÇÃO DISTRIITAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO

Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129

E-MAIL: deleg.faro@stfossra.pt

sul e regiões
autónomas

espera-se e desespera-se o tempo de atendimento é o tempo de chegar ao hospital e salvar uma vida.

O CODU (Centro de Orientação de Doentes Urgentes) Algarve sediado em Faro não esta autorizada a atender o telefone aos meios de emergência da região para ajudar neste sentido. Pois Lisboa não atende os telefones nem os pedidos de fonia via rádio.

O Algarve com esta medida de destruição dos serviços públicos perdeu todas as valências que tinha e passou a ser um posto só de acionamento de meios de emergência.

Assim o Algarve deixou de ter médicos a regular as chamadas de emergência médica, deixou de fazer aconselhamento e triagem,

Em caso de catástrofe um dos médicos e dois TOTE da central de emergência tem que se deslocar para o terreno a fim de providenciar a forma mais rápida de evacuação das vítimas para os hospitais para o tratamento definitivo e articular com as autoridades vias de emergência, aqui no Algarve como já não existe médico, eles dizem que o médico vem de Lisboa, situação, **inaceitável e repudiável**.

SEDE: Av Luis Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320

INTERNET: Endereço: <http://www.stfossra.pt> - E-Mail: geral@stfossra.pt



Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

sul e regiões
autónomas

DELEGAÇÃO DISTRITAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO
Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129
E-MAIL: deleg.faro@stfpssra.pt

Houve outros serviços da delegação de Faro que fecharam e se fundiram na delegação do sul, neste momento estão a desmantelar os serviços dos psicólogos de emergência médica CAPIC (centro psicológico intervenção em crise) que ocorre aos locais de emergência quando de uma situação inesperada de morte acontece assim como também apoiam psicologicamente todos os trabalhadores do INEM e intervenientes do SIEM (Sistema Integrado de Emergência Médica).

Que estão sujeitos a várias pressões de ordem psicológica. Só trabalhadores do INEM aqui no Algarve são 100, neste momento estão a destruir este serviço querendo mesmo encerrar, levando tudo para Lisboa.

Estes profissionais passam por graves problemas, todos os dias no Algarve existe muitos serviços em espera de equipas de emergência devido a este problema. A descontinuação da central de emergência esta a colocar os Algarvios e a população em risco de vida, acabando muitos por pagar com a própria vida.

Os psicólogos de emergência atuam através do CAPIC (Centro Psicológico de Intervenção em Crise) nos CODU a atender chamadas de emergência e a fazer aconselhamentos

SEDE: Av Luis Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320
INTERNET: Endereço: <http://www.stfpssra.pt> - E-Mail: geral@stfpssra.pt



Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

sul e regiões
autónomas

DELEGAÇÃO DISTRITAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO

Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129

E-MAIL: deleg.faro@stfossra.pt

nesta área, intervêm no terreno com a UMIPE (Unidade Móvel Intervenção Psicológica em Emergência), estes profissionais ocorrem sempre que necessário quando uma situação de morte inesperada acontece, violência doméstica, tentativas de suicídio, catástrofe, etc.

Estes profissionais são uma mais-valia para a instituição e para o Algarve.

Os serviços administrativos também estão a ter problemas sérios com um atendimento ao público, retiram-lhes a autonomia e toda essa mesma autonomia passou para Lisboa e assim estão a criar vários problemas graves nestes profissionais. Assim estes profissionais não sabem o dia de amanhã. Esperando um futuro inserto.

Estes serviços são imprescindíveis para o funcionamento em pleno da atividade da emergência.

O algarve também tinha um polo de formação para todos os intervenientes do socorro, aqui formava-se mais de 100 operacionais de todos do sistema integrado de emergência médica (elementos dos bombeiros e cruz vermelha e INEM) também esta mais valia foi perdida e desmantelada pelo a mão do Governo, a formação do SIEM (sistema integrado de

SEDE: Av Luís Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320
INTERNET: Endereço: <http://www.stfossra.pt> - E-Mail: geral@stfossra.pt



Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

DELEGAÇÃO DISTRIAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO
Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129
E-MAIL: deleg.faro@stfppsra.pt

sul e regiões
autónomas

emergência médica) para todos estes elementos era uma mais-valia para o socorro Algarvio.

Estando agora a privatizar a administração de formação de emergência medica por privados entregando esta mesma formação aos grandes interesse de vários grupos privados. Aumentando a despesa pública com as sucessivas deslocações a Lisboa de vários profissionais nesta matéria.

Este processo é um grave retrocesso na vida dos Algarvios, nunca esquecendo que temos um Aeroporto Internacional no Algarve ficando assim milhares e milhares de pessoas em risco, lembrando que em trânsito anualmente de Janeiro a Janeiro visitam-nos mais de 2 milhões de pessoas e desde Maio a Outubro temos uma população com mais de 5 milhões de pessoas, nunca esquecendo as 500 mil pessoas residentes, a estrada nacional 125, uma das maiores e mais mortíferas estradas de Portugal, a via do infante com a passagem de matérias perigosas, dunas e arribas em risco de rutura.

O INEM dispõe de uma viatura de intervenção em catástrofe para fazer face a estas situações, mas é imprescindível a central de emergência trabalhar em sua plenitude, a presença de médicos e dos psicólogos de emergência médica.

SEDE: Av Luis Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320
INTERNET: Endereço: <http://www.stfppsra.pt> - E-Mail: geral@stfppsra.pt

sul e regiões
autónomas

Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

DELEGAÇÃO DISTRIAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO
Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129
E-MAIL: deleg.faro@stfpssra.pt

Soubemos agora que o INEM quer colocar um posto de triagem e acionamento para VIP para altas individualidades, quer que esteja nesta mesma central tudo pronto se algo acontecer como se fosse um apagão no resto do país e esta central seria a substituição, **Situação Inaceitável** esta central tem que funcionar em plenitude como as outras porque o Algarve também é Portugal. A emergência médica não tem cidadãos de primeira nem de segunda os algoritmos são iguais para todos.

Estes trabalhadores desde a central de emergência médica aos técnicos de emergência na rua, estão a sofrer uma forte pressão laboral, que o governo quer levar a cabo em nome da troika e na sequência da política de direita, com o aumento do horário de trabalho das 35 horas para as 40 horas semanais, trabalho esse sem direitos, está a provocar um enorme cansaço físico e psicológico nestes profissionais, por estar a ser complicado a recuperação de turno para turno com este horário excessivo, é importante lembrar que esta profissão é de desgaste rápido e cria lesões musco-esqueléticas irreversíveis. Neste sentido estes profissionais andam na maioria das vezes exaustos.

SEDE: Av Luis Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320
INTERNET: Endereço: <http://www.stfpssra.pt> - E-Mail: geral@stfpssra.pt

sul e regiões
autónomas

Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

DELEGAÇÃO DISTRITAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº. – 8000-281 FARO
Tel.: 289 898 120 * Fax.: 289 898 129
E-MAIL: deleg.faro@stfpssra.pt

O INEM esta sediado no MARF (mercado abastecedor da região de Faro), numas instalações com cerca de 1950 metros quadrados onde paga cerca de 10.000€ por mês, está nestas instalações á 6 anos, com o valor desta renda, nestes anos, já tinha construído um edifício de raiz e era auto sustentável e era mais um edifício do património público. Assistimos aqui a um **despesismo brutal público**.

Lembrando que a emergência médica não pára a emergência médica é em todos os segundos em todos os locais, agora e em qualquer lugar.

SEDE: Av Luis Bivar, Nº 12 -- 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320
INTERNET: Endereço: <http://www.stfpssra.pt> - E-Mail: gerai@stfpssra.pt

sul e regiões
autónomas

Sindicato dos
Trabalhadores em funções
públicas e sociais do sul e
regiões autónomas

DELEGAÇÃO DISTRITAL DE FARO

R/ de Portugal, 38 A – 2º. Esqº, – 8000-281 FARO
Tel.: 289 898 120 ^ Fax.: 289 898 129
E-MAIL: deleg.faro@stfpssra.pt

Vimos pedir a Assembleia Municipal a Camara Municipal de Albufeira e os demais presentes que intervenham junto das entidades competentes e que denunciem esta situação, porque todos nós precisamos dos serviços de emergência médica.

O sindicato dos trabalhadores em funções públicas sociais sul e regiões autónomas – Algarve, tem, como preocupação os trabalhadores que aqui estão a ver o seu direito ao trabalho comprometido e as populações o direito ao socorro, o STFPSSRA tudo fará para que estes serviços regressem e funcionem em plenitude no Algarve, para um Algarve seguro e com futuro.

Carlos Nuno Correia Baptista
Delegado Sindical STFPSSRA-Algarve

SEDE: Av Luís Bivar, Nº 12 – 1069-140 LISBOA ** Tel.: 213 193 320 - Fax.: 213 193 320
INTERNET: Endereço: <http://www.stfpssra.pt> - E-Mail: geral@stfpssra.pt

SOU UM PARTICIPANTE NAS RESOLUÇÕES COM
A ÉTICA DA JUSTIÇA (IGUALDADE COM O
SER).
AO FAZER A UM AMIGO NA SITUAÇÃO DA
MULHER DA SENHORA COM / AVALIAR A REER.
TA HÁ MAIS ALÉM A C^o A PASSOU UMA
MULHER DE MAIS DE 2000 EUROS / GALA MOO O
QUE DE FIZERAM / ESSA AMIGO ME DISSE IN
FALAR COM O PRESIDENTE SÓ A ELE FAU
OULIDO TENHO UMA RESPOSTA DURANTE UM
MÊS SE NÃO RECEBER O PRESIDENTE
POSSA INJUSTIÇA E COMO OUTRAS EM TEMPO
POSSA 2HE DAS DOIS TIPO
UM PARTICIPANTE COM TANTA INJUSTIÇA E
QUE FUI UMA INCLUSÃO DA PARTE DE
FUNCIONÁRIOS CARRANOS NUNCA TEREM
A VIDA A MESMA PESSOA SEM SE TIVER
CORRESSO COMO CIBO AS VOU PARA DENTRO
DE UM CARRO OU MATOANTE
SE 20 ANOS UMA SENHORA EMERGENTE
COMPROU UM TOTAL A CAMARA NÃO DAR
LICENÇA COM 20 EMPREGADOS / QUE
RESPECTO TEM A CAMARA / DEIXANDO
PRESERTA EXPRESSO PARA LITIGAR
ETAMBESTEMOS DE ÁGUA / DECA PARCELO
UM TEM MAIS DE 1300 COLADORES DE
ÁGUA / BEBIDA E O CAMARA PERMITINDO
EXPRESSO UTILIZAÇÃO DE MATERIA E CA MA-
RADO CARROS USADOS A FIM FORTUNIS



CDU - Coligação Democrática Unitária FCP-PEV



MOÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS SÓ COM A PARTICIPAÇÃO DO PODER LOCAL

Considerando que

- 1- A C.R.P. - Constituição da República Portuguesa prevê que o “Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios de subsidiariedade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública” (artigo 6º, nº 1).
- 2- A descentralização de poderes efectua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações.
- 3- A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade eficácia e proximidade aos cidadãos.
- 4- A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local.
- 5- O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objectivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos inter-administrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os governos há muito prosseguem.
- 6- A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.
- 7- O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objectivos pré-definidos.

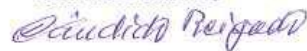
- 8- A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas.
- 9- Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias.
- 10- Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a protecção civil ou a rede de serviços públicos.
- 11- O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afectou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional factor de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização.

Face a estes considerandos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em 23 de Abril 2015, delibere:

1. Manifestar o seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015;
2. Exprimir o seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático;
3. Exigir ao Governo a revogação do Decreto – Lei nº 30/2015 de Fevereiro.
4. Recomendar à Câmara Municipal de Albufeira a tomada de posição idêntica à que esta Assembleia manifesta nesta moção;

Albufeira, 23 de Abril.2015

Os eleitos da CDU





CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



MOÇÃO

Por ocasião do 41.º aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira reunida em 23/04/2015 delibere:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

Os eleitos da CDU

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Proposta

Em defesa da Saúde Pública

Existe, entre a Avenida dos Descobrimentos a poucos metros da Rotunda das minhocas e a Rua Miguel Torga, nas traseiras do Edifício Valmangude Jardim, um barranco por onde correm esgotos a céu aberto em zona habitacional. O estado de degradação e sujidade que envolve este espaço não é concebível.

Os esgotos criam poças de água propícias ao desenvolvimento de viveiros de insectos (especialmente mosquitos) e à degradação do ambiente, cujo odor fétido, sobretudo durante o período de verão, é desagradável para os transeuntes e insuportável para os moradores.

Quem tem apartamentos para alugar perde inquilinos, pois quem por lá passa não volta mais e nem os recomenda. Além do desagradável odor e dos mosquitos, proliferam os roedores e répteis.

Mais do que a preocupação com a questão do impacto na imagem da cidade, que se quer de uma cidade organizada, limpa e cuidada, este é um caso de saúde pública que merece uma intervenção rápida. Os moradores convivem com esta situação há vários anos e merecem poder abrir as janelas em suas casas, sem a preocupação com as pragas de mosquitos e o cheiro fétido dos esgotos.

De salientar, que a situação ora apresentada é do conhecimento do executivo e que este continua sem a resolver, apesar de, por motivos idênticos, ter efetuado obras de requalificação em outras zonas, como são exemplo as melhorias na ribeira de Albufeira.

Se queremos mais e melhor turismo para o concelho temos de proporcionar aos visitantes um bom ambiente.

Se queremos atingir um patamar de excelência temos de proporcionar aos residentes um melhor ambiente.

Face ao exposto os eleitos C.D.U. propõem que a Assembleia Municipal reunida em 23/4/2015 delibere:

1 - Recomendar ao Executivo da Câmara Municipal que efetue as obras necessárias ao entubamento do referido barranco.

2- Dar conhecimento desta deliberação aos meios de comunicação social local.

Albufeira, 23 de Abril 2015

Os eleitos da CDU
Carvalho Pereira
Amal

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Proposta

Estação central de camionagem de Albufeira

Tendo por diversas vezes sido barrada a entrada à viatura do Município de Silves na Estação central de camionagem de Albufeira, para embarque dos Municípios de Albufeira, quando até autocarros de empresas espanholas têm acesso para transborde de passageiros tendo tudo isto sido presenciado pelos Albufeirenses com o maior espanto. Não se compreende que sendo esta estação propriedade da Autarquia tal se verifique, pois com esta atitude são os habitantes deste Concelho privados de usufruir do espaço desta estação que reúne as melhores condições para o efeito. Aguardar um meio de transporte sujeito às condições climáticas quando existe no Concelho esta infra-estrutura que reúne óptimas condições para esse efeito.

Desconhecemos em pormenor com que intenção esta estação foi construída mas é razoável pensar que tal atitude teve o de criar uma estrutura tão necessária ao Concelho e que beneficie uma população que necessita de se deslocar para outros pontos do país e vice-versa.

Ora o que verificamos até prova em contrário é que a gestão desta estrutura é da responsabilidade da EVA.

A Estação central de camionagem de Albufeira foi construída com dinheiros públicos e paga com o sacrifício dos habitantes de Albufeira que pagam os seus impostos.

Os Municípios de Albufeira têm todo o direito de usufruir desta estrutura independentemente de viajarem num autocarro da EVA, numa Autarquia ou de outra empresa qualquer.

Face ao exposto os eleitos C.D.U. propõem que a Assembleia Municipal reunida em 23/4/2015 delibere:

1 - Recomendar ao Executivo da Câmara Municipal que na Estação central de camionagem de Albufeira seja disponibilizado um ou dois terminais para embarque de passageiros que não sejam utentes da empresa EVA.

2 - Dar conhecimento desta deliberação aos meios de comunicação social local.

Albufeira, 23 de Abril 2015

Os eleitos da CDU

